

Linha do tempo do Novo Ensino Médio

2017
Aprovação da Lei do Ensino Médio

A Lei 13.415/2017 é aprovada, estabelecendo as novas diretrizes para o Ensino Médio no Brasil. A reforma visa flexibilizar o currículo e permitir que os estudantes escolham itinerários formativos e garantir os direitos de aprendizagens da BNCC na formação geral básica.

2018-21
Período de transição e ajustes

Durante esse período, diversas escolas e redes de ensino começaram a se adaptar às novas diretrizes. Foram realizadas consultas públicas e ajustes no currículo para alinhar com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2022
Implementação

Todas as escolas iniciaram a implementação do Novo Ensino Médio, organizando a trajetória dos estudantes com a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos

JUL/2023
Consulta pública

O Governo Federal realiza uma consulta pública para avaliar a implementação do Novo Ensino Médio e identificar possíveis melhorias e ajustes necessários.

OUT/2023
Proposta de alteração

Com base nos resultados da consulta pública, o Ministério da Educação (MEC) apresenta uma proposta de lei para alterar a Política Nacional de Ensino Médio, buscando corrigir problemas identificados durante a implementação inicial buscando endereçar pontos de melhoria identificados no processo de consulta pública.

DEZ/2023
Adiamento da votação

A proposta de lei é pautada na Câmara dos Deputados, mas devido a divergências, a votação é adiada para o início de 2024.

MAR/2024
Aprovação na Câmara dos deputados

A Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei (PL) 5.230/2023, que altera o Ensino Médio, e encaminha o texto para o Senado.

ABR A JUN/2024
Discussão no Senado

encaminhado para a Comissão de Educação e Cultura do Senado, com a relatoria da Senadora Prof. Dorinha , onde sofre novas alterações, incluindo a carga horária mínima de disciplinas obrigatórias e mudanças na Educação Profissional e Tecnológica.

19 JUNHO/24
Aprovação no Senado

O plenário do Senado aprova o Projeto de Lei 5.230/2023 com alterações que agora retorna para a Câmara dos Deputados para análise das alterações feitas pelo Senado.

A DEFINIR
Texto volta para a Câmara

O Projeto de Lei retorna agora para a Câmara dos Deputados, onde as alterações feitas pelo Senado serão analisadas e votadas.

Pontos chave do projeto aprovado no Senado



Carga horária da Formação Geral Básica

A formação geral básica terá 2.400 horas e ancorada na BNCC, enquanto os itinerários formativos terão 600 horas a partir de 2025.



EPT - Ensino Profissional e Tecnológica

Para o ensino técnico e profissional, a formação geral básica terá 2.200 horas até 2028, aumentando para 2.400 horas a partir de 2029.



Obrigatoriedade do espanhol

A inclusão do espanhol como componente curricular obrigatório.



Ensino à distância

Definição de que o ensino a distância deve ser ofertado apenas em casos de excepcionalidade emergencial temporária.